

CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO: AS POSSIBILIDADES DA GLOBALIZAÇÃO

José Amândio Barbosa Júnior*

Resumo

Este artigo busca esclarecer e retratar o processo de desenvolvimento a partir de uma análise das contribuições teóricas acerca desse conceito e de sua evolução, alternativas e os modelos atuais. Dentre essas alternativas é apresentado o conceito de “desenvolvimento local” e de que forma este é visualizado, utilizado, analisado e experimentado inclusive em nosso país.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Capitalismo. Mecanismos de autorização.

Abstract

This paper seeks to elucidate and portray the idea of development from the perspective of theoretical analyses about this concept and its history, alternatives and current models. According to this framework, it presents the concept of “local development”, and suggests how it is conceptualized, utilized and put into practice in our country.

Key Words: Local development. Capitalism. Empowerment.

O termo desenvolvimento, associado ao modo de produção capitalista com ênfase na industrialização e surgido no pós-guerra, deixou um passivo de difícil administração para a humanidade. Problemas relacionados à sustentabilidade do planeta e, sobretudo, à sustentabilidade da vida humana vêm deixando não só a comunidade científica, mas todos, de uma forma geral, alarmados. Independentemente da discussão de qual o melhor modelo de desenvolvimento, se o denominado “desenvolvimento local” é uma alternativa ou se devemos enterrar o

desenvolvimento como conhecemos (SACHS, 2000, p.11), devemos questionar os modelos que não deram certo, enaltecer e reaproveitar as experiências bem sucedidas e, finalmente, construir os possíveis caminhos a serem trilhados.

O modelo conhecido como desenvolvimento local, aparece após os anos 70. Tratava-se de uma alternativa para a sobrevivência, não só das localidades (com a constante interação, discussão conjunta e construção a partir dos agentes que fazem parte das mesmas), como também de uma forma de reprodução do

***José Amândio Barbosa Júnior** é economista, mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela UNEB. Atualmente é professor na Faculdade Adventista de Administração (FAAD) em Cachoeira, BA: amandiobarbosa@hotmail.com.

capital, a partir da constatação de que a gestão local traz muitos benefícios e economias na escala de produção. Esse processo iniciou-se há pouco tempo no mundo e, mais recentemente ainda no Brasil. Ele nos mostra, no entanto, o quanto a participação da sociedade civil e a construção do capital social,¹ apesar de importante para a validação e legitimação do próprio processo, são dificultadas, principalmente pelas elites que cresceram e acumularam seu capital à custa de informações privilegiadas, acordos lucrativos e utilização de mão-de-obra mal remunerada. A prática tem demonstrado como é difícil a construção de um processo de desenvolvimento local. O que ocorre, de fato, é que existe pouca liberdade de expressão ou ação, as oportunidades não aparecem e, principalmente, ainda se vive sob a influência de uma relação de dominação voltada para o poder, sobretudo econômico, em uma sociedade com intensa estratificação e perversa divisão de classes.

O ideário e a argumentação das elites são tão fortes que a desigualdade – não só

econômica, mas racial, de gênero, dentre outras – vai permanecendo e se perpetuando com o passar dos anos por causa do discurso preconceituoso, disseminado pela elite dominante. Um exemplo é o discurso, bastante utilizado na atualidade, da geração de emprego e renda que é, inclusive, utilizado por autores e correntes relacionadas ao desenvolvimento local. Esse discurso tem contribuído para que os próprios governantes continuem facilitando o processo de concentração de renda através da concessão de privilégios, como a isenção fiscal, disponibilização de infra-estrutura e outras facilidades para a instalação de empresas. Além disso, as autoridades permitem não só que as atividades informais se estabeleçam nas localidades, como também que as relações trabalhistas e garantias sociais sejam desrespeitadas, ao evitar tomar medidas mais eficazes de controle e fiscalização, deixando de ferir, assim, interesses de uma elite local da qual fazem parte. Outro grande problema causado nesse processo de concessão de benefícios é a disputa pela atração de empresas, que acaba beneficiando, momentaneamente, algumas localidades em detrimento de outras.

A EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E OS NOVOS MODELOS

Apesar dos conceitos de desenvolvimento e crescimento serem

¹ O capital social diz respeito aos níveis de organização de uma sociedade e está diretamente relacionado com os graus de associacionismo, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática organizada a partir do ponto de vista cívico e cidadão e da boa governança e da prosperidade econômica. Baixos níveis de capital social indicam baixos níveis de desenvolvimento social (FRANCO, 2000, p. 42).

bastante debatidos desde a metade do século passado, nos últimos anos tem-se observado um renovado e crescente interesse pelas questões relativas ao desenvolvimento no âmbito regional e local. Esses conceitos têm se revestido de importância em suas múltiplas dimensões (ambiental, social, política e econômica) que têm ocupado espaço de destaque nos meios acadêmicos, políticos e empresariais. A preocupação com a população e com os recursos das localidades, de forma ampla e sob diversos aspectos que vão desde o crescimento econômico, cultura, cidadania, preservação ambiental e justiça social, vem norteando a literatura mais recente relativa ao tema.

Apesar de o termo “desenvolvimento” ter ficado durante muito tempo associado à análise puramente econômica e até ser utilizado como sinônimo de crescimento econômico ou crescimento por muitos autores, esses termos não se equivalem na literatura técnica. “O crescimento econômico é conceituado como aumento contínuo do produto nacional em termos globais e per capita, ao longo do tempo” (MILONE, 2006, p. 485). O conceito utiliza uma medida de riqueza interna, que pode ser tanto o produto interno bruto (PIB), que é o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do país, ou o produto nacional bruto (PNB), que é o valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais

(pertencentes a residentes no país), independentemente do território econômico em que esses recursos foram produzidos. A preocupação quanto ao crescimento econômico começa a ser observada a partir do surgimento e evolução do capitalismo, pois, outrora, as sociedades eram basicamente agrícolas e variavam pouco ao longo dos anos. O sistema capitalista, ao trazer contínuas mudanças tecnológicas e a acumulação do capital, alterou de forma profunda as estruturas dessas sociedades.

Por outro lado, o conceito de desenvolvimento econômico está longe de atingir unanimidade entre os autores. Para Oliveira Junior, Amândio e Alvim (2006, p. 2), esse termo carrega um tipo de herança comum aos conceitos

oriundos das ciências humanas e pode variar a partir de uma perspectiva positivista, impondo uma forte restrição do ponto de vista metodológico ao conceito – o termo restrição é usado aqui no sentido de limitação do campo analítico. Dentro desta perspectiva, o campo analítico é exclusivamente econômico e se refere às determinações de preços, taxas e quantidades.

Essa é razão por que acreditamos que tenha surgido uma confusão por parte de muitos autores quanto ao sentido técnico da expressão “crescimento econômico”. Para constatar tal fato, podemos analisar a conceituação de desenvolvimento econômico a partir dos trabalhos de alguns

autores como Kindleberger e Herrick (apud MILONE, 2006, p. 485), que afirmam que desenvolvimento econômico é “um aumento na produção acompanhado de modificações nas disposições técnicas e institucionais, isto é, mudanças nas estruturas produtivas e na alocação dos insumos pelos diferentes setores da produção”. Nesse conceito é percebida uma diferença quanto ao conceito de crescimento econômico anteriormente apresentado, pois contempla as mudanças de cunho tecnológico, de gestão e de logística. Então, pode-se inferir que, além de crescimento (econômico), o desenvolvimento econômico abrange também os meios, formas e técnicas de atingi-lo. Furtado (1961, p.180) afirma que a mola mestra do desenvolvimento capitalista clássico é o avanço tecnológico, que permite os aumentos de produtividade que, por sua vez, “permitem multiplicar o excedente (matéria-prima do desenvolvimento) e, com isso, acelerar os investimentos e a escala de produção”. Trata-se, portanto, de uma visão focada na industrialização e reprodução do sistema capitalista.

Para que se possa entender melhor a utilização do termo desenvolvimento econômico, conforme apresentada anteriormente, é necessário compreender a origem do mesmo. De acordo com Caporali (1997, p.1),

O conceito de desenvolvimento econômico começou a ser utilizado a partir do final da 2ª Guerra Mundial num contexto de formação de

instituições mundiais, de harmonização de interesses e de práticas econômicas, bem como de uma teoria econômica que depositava na ação regulatória do Estado a possibilidade de manutenção de taxas de crescimento mais elevadas.

Como se percebe, a utilização do conceito de desenvolvimento econômico está diretamente associada, nas primeiras décadas após a segunda guerra, à consolidação do modelo fordista² de desenvolvimento, que contemplava a organização científica do trabalho (ou taylorismo³), com o estabelecimento de um regime de acumulação e regulação keynesianas.⁴ Esse regime facilitava o

² O fordismo é um conjunto de métodos de racionalização da produção elaborados pelo industrial Henry Ford. Os princípios do fordismo foram amplamente difundidos, tornando-se uma das bases da organização industrial moderna (SANDRONI, 1989, p. 128).

³ O taylorismo é um conjunto de teorias para o aumento da produtividade do trabalho fabril, elaboradas pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915). Abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção, incluindo propostas de pagamento pelo desempenho do operário (prêmios e remuneração extras, conforme o número de peças produzidas) (SANDRONI, 1989, p. 306).

⁴ O regime keynesiano é uma modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, sem atingir totalmente a autonomia da empresa privada, baseado na principal obra do economista John Maynard Keynes, **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**, de 1936 (SANDRONI, 1989, p. 162-163).

consumo massivo mediante o fomento da demanda efetiva do sistema, fazendo com que o acesso a melhores salários permitisse a ampliação dos mercados e, em conseqüência, estimulasse a produção e a continuidade dos lucros empresariais. Contudo, o desenvolvimento econômico não deve ser considerado como um modelo de desenvolvimento e sim como um conceito utilizado para identificar políticas e estratégias relacionadas ao processo de desenvolvimento, dentro do modelo fordista.

Para que um modelo de desenvolvimento possa ser identificado, Albuquerque (1998, p. 15) utiliza a metodologia de evidenciar características dos três principais elementos que devem ser considerados na análise deste, a saber: “o paradigma técnico-econômico, o regime de acumulação e o modo de regulação”. O paradigma técnico-econômico enfoca essencialmente os aspectos substantivos em nível microeconômico; o regime de acumulação se refere à inter-relação e à conquista dos grandes equilíbrios macroeconômicos entre as diversas fases do processo econômico (produção, financiamento, distribuição, intercâmbio e consumo); e o modo de regulação aponta para o marco social, institucional e de negociação entre atores que buscam facilitar o funcionamento do modelo de desenvolvimento a partir do âmbito sociopolítico, conforme pode ser verificado na Figura 1. Apesar do crescimento

econômico dentro de um modelo estar contemplado, são também consideradas e analisadas questões de ordem social como a participação cidadã e a negociação estratégica entre os atores, destacadas por Albuquerque (2000?) no nível mesoeconômico.

Outra questão, também presente na visão pós-guerra, foi que o desenvolvimento econômico seria a resposta à problematização da pobreza. Escobar (apud LAGE, 2006 p. 2) argumenta que, depois de 1945, a tarefa dos governos foi tornar a pobreza útil. Em função disso, emergiu a concepção utilitária e funcional de pobreza, ligando-a infalivelmente às questões de trabalho e de produção. Para Escobar, além da idéia do desenvolvimento ter surgido para responder a questão da pobreza no pós-guerra, trouxe também a estruturação da nova configuração de poder e de suas hierarquias. Como estas se vinculavam ao conhecimento científico e à especialização, dentro do modelo fordista, foi impossível para o Terceiro Mundo refutar esse poderoso discurso, face ao conhecimento técnico disponibilizado para a modernização do mundo, ancorado na promessa de eliminação da pobreza.

NÍVEL MICROECONÔMICO

Paradigma Técnico-econômico
e
Estrutura Produtiva

- Base tecnológica e energética;
- Estrutura produtiva setorial e territorial;
- Articulação produtiva;
- Áreas e setores industriais motrizes;
- Tecido empresarial (tamanho e localização);
- Organização do trabalho (relação salarial);
- Gestão empresarial;
- Gestão ambiental;
- Políticas setoriais (rural, industrial, serviços);
- Infra-estruturas básicas (energia, água, transportes, telecomunicações).

NÍVEL MESOECONÔMICO

MODO DE REGULAÇÃO

- Marco social e institucional regulatório;
- Tipo de intervenção do estado;
- Descentralização regional e local;
- Políticas educativas e de saúde;
- Participação cidadã;
- Negociação estratégica entre atores.



TIPO DE INSERÇÃO EXTERNA



NÍVEL MACROECONÔMICO

REGIME DE ACUMULAÇÃO

- Equilíbrios macroeconômicos básicos (inter-relação do processo econômico);
- Políticas macroeconômicas (monetária, fiscal, cambial);
- Distribuição de renda e padrão de consumo.



Figura 1: Elementos principais para a análise de um modelo de desenvolvimento.
Fonte: ALBUQUERQUE, 1998.

Para atingir o desenvolvimento econômico, a partir de padrões das nações desenvolvidas, surge o termo “subdesenvolvimento”, ou seja, seria subdesenvolvido o país que estivesse em situação econômico-social inferior ao padrão das nações industrializadas. Por isso, o modelo fordista de desenvolvimento deveria ser perseguido e seria o estágio posterior ao subdesenvolvimento.

Nesse contexto, analisando o momento histórico na América Latina convém citar os trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL),⁴ órgão regional das Nações Unidas, que surge em 1948. A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. Nesse sentido, a análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da periferia,⁵ ressaltando os entraves ao desenvolvimento econômico

em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados (MANTEGA, 1984, p. 34). Dentre esses entraves estava a caracterização da América Latina como região fornecedora de produtos primários e consumidora de produtos industrializados vindos do exterior, o que, de acordo com a CEPAL, gerava um crescimento desigual a partir da apropriação de renda global, já que a demanda por produtos industrializados cresce à medida que a renda da população aumenta, o contrário acontecendo com a demanda por bens primários. Para resolver esse dilema, a CEPAL defendia que,

para superar o estágio de subdesenvolvimento, seria necessário, através da intervenção estatal, defender a promoção da industrialização, com foco no mercado interno, como meio mais eficiente para se conseguir o aumento da renda nacional e da produtividade, para evitar a deterioração dos termos de intercâmbio e, assim, reter-se [sic] os frutos do progresso técnico (CEPAL, 1984, p. 39).

⁴ A criação dessa instituição está diretamente ligada aos esforços do economista Argentino Raúl Prebisch, que foi o secretário executivo da CEPAL desde a sua fundação até 1962. Para formular uma teoria de desenvolvimento econômico e social que partisse da realidade da América Latina e que fornecesse os meios para superá-la, sem recorrer ao modelo citado anteriormente e aos demais modelos importados, este se aproximou de outros economistas latino-americanos em um esforço que resultou na criação da CEPAL. As linhas que deram origem ao pensamento dessa instituição surgiram nas décadas de 30 e 40, a partir da experiência de Prebisch como organizador e pri-

meiro diretor geral do Banco Central da Argentina, entre 1935 a 1943, período que coincide com a industrialização da Argentina, da qual Prebisch colheu importantes subsídios.

⁵ A teoria centro-periferia foi elaborada inicialmente por Prebisch. De acordo com ela, o centro são as economias em que as técnicas capitalistas de produção penetraram primeiro e a periferia são as economias cuja produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizativo. Assim, o progresso técnico na periferia só ocorre localizadamente em setores que produzem alimentos e matérias-primas a baixo custo, cujo destino são os grandes centros industriais.

Isso se aproxima da visão de desenvolvimento apresentada anteriormente, colocando a industrialização como mola-mestra do processo e a renda nacional como principal indicador. Esse modelo causou um forte impacto nos chamados países subdesenvolvidos e estava baseado nas premissas de que o mundo industrializado poderia colher os benefícios gerados nesse processo. No Brasil, essas idéias foram precursoras do nacional-desenvolvimentismo, ideologia que caracterizou os governos de Getúlio Vargas (1930/1945 e 1951/1954) principalmente no segundo mandato, e o de Juscelino Kubitschek (1956/61), nos quais é marcada a transição do país de uma economia agroexportadora baseada no café para uma economia urbano-industrial.

De acordo com Sposito (1988), no final da década de 50 e início da década de 60, surge uma nova forma de denominar os países que já possuíam um processo de industrialização:

Como muitos países viviam em processo de industrialização (no caso do Brasil timidamente a partir da década de 30 e mais definitivamente na época de 60), a dificuldade binária (desenvolvimento ou subdesenvolvimento) foi solucionada ideologicamente [...] através da criação de mais uma categoria de classificação, a dos países em desenvolvimento (SPOSITO, 1988, p. 68).

Ou seja, dentro dessa visão, o Brasil e outros países, por estarem vivendo um

processo que representava a expressão máxima do desenvolvimento econômico, a industrialização, não poderiam mais ser rotulados como “subdesenvolvidos”. Com efeito, os anos 60 ficaram conhecidos como a “Década do Desenvolvimento” devido à resolução n. 1.710 da XVI Assembléia Geral das Nações Unidas, cujo objetivo quantitativo, visivelmente acentuado, era obter uma taxa mínima de crescimento da renda nacional agregada da ordem de 5% ao ano para todos ou a maioria dos países em desenvolvimento. Esse percentual representava um nível de crescimento significativamente acima dos verificados anteriormente nesses países. No Brasil a década do desenvolvimento norteou os programas e planos de desenvolvimento elaborados e executados durante o governo militar (1964/85) a partir do governo de Castello Branco (1964/67) que tinham como principal objetivo, seguindo a cartilha da ONU, acelerar o ritmo de desenvolvimento do país.

Durante o período pós-guerra, toda utilização do termo “desenvolvimento” se refere a “desenvolvimento econômico”, traduzido em um aumento do crescimento através de um índice de valor agregado, no caso em referência o PIB ou PNB, através da industrialização e no modo de produção capitalista como forma de supostamente resolver todos os males da humanidade, inclusive a pobreza. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico era fundamentado na ideologia altamente otimista que previa o crescimento econômico indefinido, visto

como um processo de utilização cada vez mais intensivo de capital, de redução do uso de mão-de-obra, e de utilização extensiva dos recursos naturais.

Infelizmente, como foi observado posteriormente, a falta de uma visão mais ampla sobre a questão permitiu que esse projeto de desenvolvimento gerasse inúmeras externalidades negativas⁶ como a concentração de renda, o aumento das desigualdades sociais, a favelização das cidades, a poluição e a destruição dos recursos naturais, causando uma redução da sustentabilidade no planeta.

De acordo com Lage (2006, p. 3),

O modelo de crescimento econômico fomentado a partir do século XX, gerou grandes desequilíbrios e poucos valores genuínos de uso na sociedade, para além de um consumo excessivo dos recursos naturais. Se por um lado, uma pequena parcela da humanidade acumulou enormes riquezas, facilidades tecnológicas e uma gama imensa de conhecimentos adquiridos, pelo outro, deparou-se com uma enorme desigualdade social, uma

concentração de riqueza histórica e um empobrecimento crescente e cruel nos países da periferia e semi-periferia, além de graves problemas decorrentes da degradação ambiental, problemas estes que não reconhecem fronteiras políticas.

Nesse modelo de desenvolvimento econômico, que prevê um crescimento econômico contínuo, é utilizado erroneamente o termo “sustentável” como se referindo à capacidade de sustentação de altas taxas de crescimento contínuas. Conforme pode ser averiguado, isso possui uma forte conotação economicista. Contudo, o termo “sustentável” merece uma abordagem mais abrangente conforme será analisado posteriormente.

As políticas de desenvolvimento econômico, capitaneadas pelas grandes instituições mundiais, começaram a ser questionadas ainda na década de 60, quando se inicia, de forma mais destacada, a dúvida se o crescimento traria realmente os benefícios sociais tão propagados. A falência da visão do desenvolvimento através do crescimento econômico, além de ter se iniciado com as conseqüências já citadas, levam também a outra questão de ordem metodológica, já que simplesmente o crescimento de atividades industriais não serve para medir o bem-estar da população. Por essa razão, o PIB, como indicador, começa, então, a ser questionado.

Em 1972, Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores pertencentes ao

⁶ A expressão “externalidades negativas” foi inicialmente cunhada por Alfred Marshall e foi usada, em seguida, de forma mais aprofundada, por Pigou, nos anos 20. Segundo esses autores, a externalidade aparece quando existe uma divergência entre a relação custo-benefício privada e social. Ela pode ser classificada em negativa (quando gera um retorno social menor que o retorno privado) ou positiva (quando ocorre o inverso). (PEARCE *apud* ANDRADE, 2000 p. 28).

Clube de Roma⁷ publicaram um estudo chamado “Limites do Crescimento” (publicado nos EUA em 1972 e, no Brasil, em 1973). Nesse mesmo ano, aconteceu a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Humano em Estocolmo. As conclusões desse estudo já sinalizavam para um eventual colapso na economia mundial em um prazo máximo de cem anos, caso se preservassem as taxas de crescimento populacional e de produção com todo o seu efeito nocivo. O estudo também sinalizou para uma solução, ao afirmar que era possível modificar essas tendências e formar uma estabilidade ecológica e econômica por meio do planejamento global para que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra fossem satisfeitas de modo que pudesse ter igual oportunidade de realizar seu potencial humano. Nesse mesmo estudo, além da indicação da necessidade imediata do congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, existe uma preocupação com a satisfação das necessidades, pelo menos das materiais básicas, da população mundial.

No entanto, apesar de a visão pós-guerra estar associada à questão do crescimento constante, já havia, desde o início, pelo menos manifestada, uma preocupação com a questão social, conforme podemos

⁷ O Clube de Roma foi criado em 1968 e congregou cientistas, economistas e altos funcionários governamentais com a finalidade de interpretar o que foi denominado, sob uma perspectiva ecológica, de “sistema global”.

verificar nos objetivos da criação da ONU, explicitados na introdução da Carta das Nações Unidas, assinada em 25 de outubro de 1945, em São Francisco, nos Estados Unidos. Se objetivo seria “promover o progresso social e elevar o nível de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade”. Contudo, no afã de obter esse progresso social através do crescimento, a própria ONU deixou de promover a discussão desse conceito mais amplo de liberdade.

Para dar sentido ao conceito de desenvolvimento, é necessário agregar o enfoque e as preocupações de ordem social. Para Oliveira Júnior, Amâncio e Alvim (2006, p. 2):

De maneira inversa, outras perspectivas vão ao sentido de ampliar o próprio campo analítico, fazendo que o “econômico” não se restrinja meramente às questões de preços e quantidades, e abranja também as relações sociais e seu contexto histórico-institucional. A ampliação do conceito faz com que o termo “desenvolvimento econômico” passe a ser estudado e redefinido como “desenvolvimento sócio-econômico”. Tal redefinição parte de um pressuposto da impossibilidade de dissolução analítica dos elementos econômicos dos sociais.

Conforme afirmamos antes, muitos autores utilizam a expressão “econômico”, mas não deixam de citar a importância de levar em consideração o aspecto social para a

obtenção do desenvolvimento. Portanto, a questão/abordagem social está intrinsecamente considerada em diversos conceitos que são intitulados ou denominados unicamente como desenvolvimento econômico. Por isso, o conceito de “desenvolvimento econômico” começa a ter novos significados e formatos. Para Colman e Nixon (apud MILONE, 2006, p. 485), desenvolvimento econômico “é um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores desejáveis pela sociedade”. No entanto, esse conceito ainda é medido de forma diferente pelas diferentes pessoas da sociedade.

Amartya Sen (2000, p. 17) vê o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, o que torna sua abordagem do desenvolvimento uma alternativa para os modelos já decadentes. Para ele,

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros das sociedades. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os

direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). (AMARTYA SEN, 2000, p. 17).

Não obstante, obstáculos e desafios estabelecidos pela cultura política nacional ainda atingem com muita força vários municípios brasileiros, principalmente os das regiões norte e nordeste. Ali, o coronelismo obteve uma sobrevida em relação aos demais estados, o clientelismo ainda se apresenta como padrão de relação política dominante, a cultura de passividade ainda permanece, há certa segmentação das instituições governamentais e a tradição do corporativismo estabelecido nas mesmas dificulta a gestão compartilhada. Isso faz do protagonismo institucional um obstáculo ao desenvolvimento do protagonismo local. Além disso, as descontinuidades associadas a mudanças político-administrativas, e a visão imediatista dos atores, dificultam a percepção do tempo de maturação requerido pela construção social. Por isso, parece ser difícil falarmos em liberdade, ou essa fica sendo algo difícil de ser visualizado, quicá alcançado. Porém, na extrema necessidade de reverter essas situações adversas, a liberdade deve ser o principal objetivo a ser buscado, sob pena de o desenvolvimento continuar fazendo parte de um ideário utilizado pelos defensores ardorosos das políticas de cunho liberal desenvolvimentista que têm deixado um passivo de difícil gestão para a humanidade.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Devido às mudanças ocorridas em todo o mundo nestas últimas décadas, decorrentes principalmente da crise do modo de produção capitalista realçada pela utilização dos modelos de desenvolvimento com foco no crescimento econômico, novas formas de promoção do desenvolvimento foram surgindo. Entre essas, encontramos a abordagem conhecida como “desenvolvimento local” que começou a ser discutida a partir das experiências dos distritos industriais do norte e nordeste italianos, que ganharam notoriedade na conjuntura de crise dos anos 70. Isso se deveu, sobretudo, aos resultados apresentados de forma surpreendente na Itália em termos de dinamismo econômico e manutenção e elevação dos níveis de emprego e renda, bem-estar e cidadania. A partir desse momento, foi iniciada uma reorientação do papel exercido pelos locais na Europa e Estados Unidos, onde a mais famosa experiência é a do Vale do Silício.⁸ Na década de 80, essa reorientação se expandiu para os demais países.

⁸ Vale do Silício é uma expressão surgida em 1971. Trata-se de um exemplo clássico do surgimento de um pólo de excelência industrial cujo precursor foi a Universidade de Stanford. Devido à necessidade de contratação de professores de prestígio, essa universidade utilizou terras de sua propriedade, criando um parque industrial próximo a ela. Em 1951 foi criado o Stanford Industrial Park. Mais tarde, surgiu o Stanford Research Park, um mecanismo de transferência de conhecimento da universidade para as empresas do parque. Essa inicia

Por outro lado, esse modo de ver tampouco está livre de divergências entre os estudiosos do tema. Existe discordância, sobretudo, em aspectos já citados anteriormente. Enquanto, a partir das experiências da década de 70, uma corrente apresenta ênfase nos aspectos econômicos, no mercado, na globalização e na dependência de recursos externos, denominando, inclusive, esse processo de Desenvolvimento Econômico Local, outra, sem deixar de valorizar o aspecto econômico, ressalta aspectos relacionados à gestão social através das relações existentes no espaço/local analisado. Os que defendem o desenvolvimento econômico local apresentam-no como:

Constituído por um conjunto de reflexões sobre a centralidade do Local como origem e objeto de ações e políticas voltadas para a superação das desigualdades territoriais, inerentes ao desenvolvimento capitalista. Trata-se de uma teorização marcada pela

tiva transformou radicalmente a morfologia urbana do local e se mostrou um êxito científico, cultural e tecnológico. O número de empresas ali instaladas passou de 7 em 1955 para 90 em 1991, com mais de 25.000 trabalhadores. O Vale do Silício se tornou o modelo para os parques tecnológicos em todo o mundo, reformulando a relação entre universidade e empresas. Suas principais características foram: a inovação devida ao fato inédito de atrair indústrias para junto da universidade; a maioria das empresas de pequeno porte e da área de tecnologia eletrônica; e a formação de uma mão-de-obra técnica e especializada de alta qualificação que favoreceu o desenvolvimento das empresas.

espacialidade e pelas novas condições técnicas da dinâmica capitalista. Seu objeto empírico é o conjunto de experiências bem-sucedidas de dinamização econômica de localidades, municípios e regiões, frente aos desafios colocados pela atual onda de globalização e reestruturação produtivas (CRUZ, 2001, p. 2).

Essa corrente ressalta o desenvolvimento local como um processo de adaptação do sistema capitalista ao âmbito local após a crise econômica dos países industrializados e o processo de decomposição e de recomposição dos processos produtivos, quando o nível local aparece como lugar privilegiado da regulação de disfunções (BRITO; VIEIRA, 2006, p. 5). Ou seja, no âmbito local, a capacidade de gerar resultados é maior devido à possibilidade de um melhor gerenciamento e controle de variáveis existentes.

As ações e políticas de desenvolvimento, enquanto estratégias de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, ou estratégias de modernização, empreendidas após a segunda guerra, sob os incentivos dos organismos internacionais multilaterais, sempre tiveram que lidar com o local, ou com os problemas do desenvolvimento no plano dos desequilíbrios ou das desigualdades territoriais ou regionais. No entanto, não tiveram o sentido e a dimensão estratégicas que o termo “local” adquiriu a partir dos anos 70 (CRUZ, 2001, p. 3).

A corrente que destaca os aspectos sociais como preponderantes e identifica uma diferença quanto aos interesses dos capitalistas em relação aos da população local, conceitua o “desenvolvimento local” como

processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo que deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais. (BUARQUE apud SOUZA, 2003, p. 5).

O conceito de desenvolvimento endógeno é muitas vezes confundido com o de desenvolvimento local devido ao fato de estarem intrinsecamente relacionados. Não existe desenvolvimento local sem desenvolvimento endógeno, sob pena de este não ser legítimo nem tampouco representativo de uma localidade.

De acordo com Dallabrida (1999, p. 2),

O desenvolvimento endógeno, busca qualificar um processo de desenvolvimento germinado no interior da região, que contemple as necessidades e aspirações da coletividade regional [...] e resulte de uma sólida e ativa consciência de territorialidade, o que exige a participação consciente e ativa dos atores locais

na construção de um projeto socioeconômico-político e cultural próprio.

Fica claro que esse conceito exige, inicialmente, que sejam atendidas as demandas da coletividade local. Contudo, os atores devem ser capazes de tomar iniciativa e buscar canais de participação para que isso ocorra dentro de um processo legitimamente democrático. Barquero (2001, p. 38) concorda que “o desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades da população local através da participação ativa da comunidade envolvida”. Segundo ele,

mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. (BARQUERO, 2001, p.38).

Antes da possibilidade de exploração econômica das potencialidades ou vocações das localidades, a busca pelo desenvolvimento deve contemplar o bem-estar coletivo, sob os diversos aspectos, a partir das aspirações da própria população. Quando analisado apenas pelo aspecto preponderantemente econômico, o desenvolvimento local é apresentado como um receptáculo pronto para receber recursos externos, conforme podemos notar no conceito de desenvolvimento econômico local, apresentado por Barquero (2001 p. 57). Nessa perspectiva, o desenvolvimento local é

um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região.

Podemos questionar esse conceito sob vários aspectos. Quem são os agentes que estão acarretando a transferência de recursos de atividades tradicionais para modernas? Isso traz benefícios para as localidades e para os que nela habitam? O que é o moderno e o tradicional nesse contexto? Teria o moderno uma capacidade de gerar bem-estar que o tradicional não possui? Esse tipo de miopia vem carregado com uma ideologia de conotação liberal com foco no mercado globalizado, ou seja, o bom para a localidade é estar pronta, consumir e viver o “moderno”, o que também causa sérios prejuízos para a cultura local, além de condicionar a elevação do bem-estar a esse processo de acumulação capitalista. Essa ideologia ainda norteia o pensamento dos que guardam nexos com o processo de globalização.

Independentemente de que aspecto do desenvolvimento local seja discutido, este foi e continua sendo afetado diretamente pelo processo de globalização. Contudo, o tipo de consideração dada a esse fator difere a depender a linha que o autor de-

fenda, já que globalização é, até hoje, motivo de discussão e controvérsias entre argumentos de representantes de diversas correntes e ideologias, principalmente quanto aos aspectos políticos e econômicos. Na visão liberal apresentada por Barquero (2001 p. 13), é apresentado um processo de globalização no qual “o Estado cede seu papel de protagonista e sua liderança às empresas inovadoras (geralmente multinacionais)”, direcionando sua análise ao equilíbrio gerado pelo mercado. Diante desse raciocínio, esse mesmo autor defende que o desenvolvimento endógeno, visto pela ótica de preparação do local para receber investimentos mundiais, “desponta como um instrumento privilegiado para a análise e ação”. Ou seja, nessa visão, o local seria dependente de investimentos externos para dinamizar a sua economia. Isto é, a visão dos atores locais estaria focada para inserir-se no mercado global. Pintos (2007) concorda com isso, ao afirmar que

o desenvolvimento local aparece como uma nova forma de ver e de atuar a partir do território neste novo contexto de globalização. O desafio para as sociedades está proposto em termos de inserir-se na globalidade, resgatando sua identidade para capitalizar, ao máximo, suas capacidades locais e regionais, através das estratégias dos diferentes atores em jogo.

Para Pintos, o desenvolvimento local tem a sua origem, existência e sustentação

gerados a partir do processo de globalização. O que parece ser um paradoxo, contudo, é a afirmação relacionada ao resgate da identidade do território para a inserção nesse processo. Berthoud (2000) alerta sobre essa tendência mundial que podemos utilizar na nossa análise do desenvolvimento local:

A tendência atual é buscar impor os mecanismos e princípios do mercado a todos os países do globo, mas, acredita-se que o desenvolvimento só é viável para aqueles países que estejam dispostos a libertar-se inteiramente de suas tradições e a dedicar-se à busca do lucro econômico, em detrimento de todo um conjunto de obrigações sociais e morais. (BERTHOUD, 2000, p. 133).

Portanto, dentro da visão de inserção no mercado global, o desenvolvimento local estaria intimamente ligado à promoção de um ambiente, que pode ser totalmente diferente e agressivo ao ambiente original, para que aconteça esse processo.

Muitas empresas multinacionais empregam a categoria do resgate da identidade local, ao utilizar a estratégia de “pensar global e agir localmente”. Essa estratégia nada mais é do que uma forma de aumentar os lucros, utilizando estratégias de *marketing* que lançam mão da cultura, valores e características locais. Contudo, a maturidade no processo de construção da identidade a partir de valores legítimos das localidades vai muito mais além e, muitas

vezes, estes se tornam espaços de resistência a valores, hábitos e culturas externas.

Em relação à captação de recursos externos, a prática tem demonstrado que nem sempre estes estão associados ao bem-estar legítimo da população local e sim aos interesses do capital. Quando verificada essa situação, na prática, observa-se que a busca de capitais externos para os municípios gera competição, o que Boisier (apud FONSECA, 2005, p. 66-67) chama de *city marketing*. Os lugares competem como se fossem empresas ou quase empresas, o que, inicialmente, pode gerar uma movimentação na economia interna, quando principalmente as empresas instaladas são intensivas de capital humano, mas, ao abandonarem essas localidades, por diversos motivos (inclusive a busca de melhores condições), estas deixam um rastro de decadência e empobrecimento. Essas políticas de atratividade acabam gerando um resultado de soma zero, pois, nesse jogo de forças, sempre alguma localidade acabará perdendo.

Já o conceito de “local”, para Franco (2000a, p. 140), se refere à delimitação do espaço no qual ocorre o processo de desenvolvimento. Para Franco, no Brasil, nas maiorias dos casos, tais espaços são municipais ou microrregionais (envolvendo certa quantidade de municípios dentro de uma mesma unidade federativa); porém, para o mesmo autor, a delimitação do local está diretamente relacionada ao processo

endógeno. Para Pintos (2007), o local não corresponde a um nível de escala nem a um tipo de unidade administrativa e sim a um conceito relacional, uma dimensão na qual os atores intervêm para gerir um território. Essa dimensão constitui sua referência de atuação e identidade, ou seja, torna-se um conceito mais apropriado a partir do momento em que não é dissociada a idéia de desenvolvimento endógeno de construção da identidade e ação no local. O espaço, a priori, não precisa ser um lugar especificamente determinado geograficamente, mas sim um lugar delimitado a partir da ação do atores que possuam algum interesse no mesmo. Nesse processo se destaca a relação entre os atores que impulsionam o desenvolvimento local, a saber, governo, empresários e comunidade local. Assim, o desenvolvimento não se dá unicamente pelo interesse do mercado/capital, nem pela intervenção estatal, mas através da interação entre esses atores.

Outra distinção importante a ser destacada, também motivo de confusão na literatura, refere-se ao que é desenvolvimento local e o que é desenvolvimento regional. Desenvolvimento regional, conforme pode ser constatado no estudo, formulação e análise de políticas de desenvolvimento, é o conjunto de políticas ou ações governamentais realizadas em determinadas regiões ou territórios:

Se entendermos desenvolvimento regional como uma política para melhorar as condições

sociais da população e reduzir as diferenças entre as regiões, pode-se inferir o grau de desenvolvimento de determinada região a partir da avaliação do estoque de capital fixo – relacionado às empresas e à infra-estrutura física e social – disponível em determinada região, pelo nível educacional da população e pelos índices sociais e de renda. (SIQUEIRA; SIFFERT FILHO, 2001, p. 83).

Ou seja, são ações de cima para baixo, tendo o governo como seu principal ator e planejador, cujo objetivo maior, conforme ressaltado anteriormente, é melhorar as condições sociais da população e reduzir as diferenças entre as regiões. Contudo, alguns autores utilizam o termo “desenvolvimento regional” também ao falar de desenvolvimento local, atribuindo o conjunto de relações citados à escala regional. É obvio que o desenvolvimento local contribui para a redução de desigualdades regionais, sobretudo quando não analisamos simplesmente aspectos puramente econômicos, mas também o bem-estar e a qualidade de vida local.

Um das principais diferenças entre os conceitos de desenvolvimento regional e o de desenvolvimento local é a participação dos atores, tendo, neste uma participação ativa da população local na exposição de necessidades, solicitação de serviços governamentais e ação na busca de condições que tornem o local um espaço de geração de bem-estar coletivo. É evidente que, nes-

se conceito, a participação da autoridade estatal não está fora do processo, mas dentro dele. No entanto, esta age como mais um ator que colabora e contribui e, sobretudo, tem sua importância destacada como gestor dos recursos públicos e provedor de serviços. Trata-se, então, de

um Estado que se apóia amplamente numa democracia inclusiva na qual os poderes para administrar os problemas serão idealmente manejados localmente, restituídas as unidades locais de governança ao próprio povo, organizado nas suas próprias comunidades. (DOWBOR, 2007, p. 2).

O governo, em suas diversas esferas, principalmente a Federal, pode ajudar no desenvolvimento local, desde que invista em capital humano⁹ e em capital social, adote legislações adequadas, descentralize políticas e recompense desinteressadamente os esforços locais (FRANCO, 2007). Pode, por exemplo, instituir concursos de projetos locais de desenvolvimento e premiar com recursos – sobretudo para capacitação

⁹ Capital humano refere-se mais diretamente ao conhecimento, ao *know-how* e à capacidade de criá-lo e recriá-lo – o que envolve a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação, a cultura e a pesquisa e várias outras áreas. Pode ser observado a partir de indicadores como: expectativa de vida ao nascer e mortalidade infantil, taxa de mortalidade, taxa de analfabetismo de jovens, concluintes do ensino fundamental e do ensino médio e ingressantes no ensino superior (FRANCO, 2000, p. 31).

– não os carecimentos e sim os esforços que forem feitos endogenamente pelas populações locais para superá-los. A sustentação de um Estado assim decorre da eficácia dos atores sociais, do sistema institucional, das redes de cooperação e dos projetos coletivos (BRITO; VIEIRA, 2006, p. 3-4). Os atores sociais do processo de desenvolvimento local são aqueles cujas qualificações e competências os predestinam a representar um papel particular na realização das políticas de desenvolvimento tais como diretores de serviços ou de agências de desenvolvimento; representantes institucionais, encarregados de funções; gerentes de projetos; empresários; lideranças comunitárias; operadores (responsáveis por colocar em prática as políticas); e representantes eleitos, independente de serem incentivadores ou não das políticas de desenvolvimento (TEISSEREC, apud BRITO & VIEIRA, 2006). O sistema institucional, ou a relação e funcionamento das instituições, teria como objetivo criar ou fortalecer as estruturas encarregadas de promover as políticas de desenvolvimento local. Para Putnam (2006, p. 23), “as instituições podem ser moldadas pelo contexto social em que atuam”, ou ainda, de acordo com Fonseca (2005, p. 23), “as instituições são criações humanas com o objetivo de dar forma às interações sociais”.

Quanto às redes de cooperação, sabe-se que a cooperação e a solidariedade são formas potenciais de realização humana e

coletiva e que é possível perceber, através destas características, outra lógica empresarial, através destas redes, articuladas por sujeitos conscientes e ativos, igualmente atores e protagonistas da inovação e da cooperação. Para isso, é preciso que se busque a construção de novos ambientes, potenciais espaços para o empreendedorismo e o associativismo, mecanismos estratégicos para fortalecer o capital social e auxiliar na sustentabilidade e no desenvolvimento local (THESING, 2006). Assim, se promove o exercício da cooperação econômica como direito e não como dever. Isso equivale a não gerar e nem perpetuar as condições de dependência naqueles que são beneficiários das ações solidárias. Ao invés disso, propõem-se estratégias que possibilitem às pessoas ganharem autonomia e capacidade de assumir papel ativo como gestores do próprio desenvolvimento. A economia fundamentada na cooperação representa a recuperação do verdadeiro sentido da economia, que possibilita o estabelecimento de um novo contrato social, conciliando os imperativos econômicos e os valores humanistas necessários ao verdadeiro desenvolvimento da sociedade (VALADARES, 2002). Esse mecanismo surge até mesmo como forma de sobrevivência no contexto internacional globalizado, de alta competição e de desigualdades regionais e sociais.

A mudança de foco do nacional para o local, principalmente quando esse local é o município, ocorreu, também, devido ao

processo de descentralização cujo debate vem ocupando papel de destaque em muitos países europeus, desde os anos de 1970, e, na América Latina e Brasil, a partir dos anos 80. Apesar de o processo de descentralização estar presente em vários campos disciplinares, cabe destacar sua utilização no campo das ciências políticas, na qual esta é tratada como um mecanismo democrático que permite a autonomia política dos níveis locais e regionais, com vistas ao aprofundamento da democratização. Na sociologia, é vista como um mecanismo de autorização (ou *empowerment*) da sociedade civil, com o objetivo de incrementar a cidadania. No campo da administração pública, no qual constitui uma política para se diluir o poder decisório e administrativo dentro das agências públicas centrais, ocorre a desconcentração, ou seja, a transferência de responsabilidade administrativa sobre os serviços básicos públicos do nível nacional para governos regionais e locais (PENFOLD-BECERRA, 2002). É possível perceber, portanto, que todas essas abordagens se interligam quanto ao aspecto de fortalecimento da democracia e apontam para uma necessidade da participação da comunidade local, envolvida a partir do momento que é efetuada a transferência de responsabilidades para os governos regionais e, sobretudo, para os governos locais.

A sustentabilidade, mencionada anteriormente, não inclui somente a questão ecológica, mas também a dimensão política, social, econômica, espacial, cultural e

ambiental e está relacionada diretamente a dois tipos de solidariedade: a solidariedade com a geração a qual pertencemos e a solidariedade com a geração futura. Com efeito, o bem-estar das gerações atuais não pode ser obtido deixando-se um passivo, uma dívida para as gerações futuras. O bem-estar dos pobres e excluídos de hoje não pode ser protelado em nome de um futuro melhor para as próximas gerações. A questão de como aumentar a riqueza sem deixar esse passivo para as próximas gerações, a princípio, parece constituir um paradoxo, mas o processo de desenvolvimento não se refere apenas ao aumento de riquezas, mas está diretamente relacionado à melhor distribuição e à geração destas de forma responsável, interligando as sustentabilidades já citadas.

Para Franco (2000a, p. 155-156), a sustentabilidade é mais fácil de ser conseguida no âmbito local, pois este possui um contexto de comunidade e, somente nesse contexto, “se pode ascender à consciência do papel, vital para a continuidade do sistema, que cumpre as múltiplas relações que se estabelecem entre seus membros”. Ou seja, é mais fácil sustentar ações e políticas a partir do momento em que existem relações com o lugar e com as pessoas deste ou o sentimento de pertencer à localidade. O termo comunidade é bem utilizado nesse contexto já que se refere ao que é comum a um grupo, de preferência o bem comum.

A discussão sobre o desenvolvimento

local foi introduzida no Brasil nos meados dos anos 90, a partir de um conjunto de experiências localizadas que se expandiram por diversas regiões. Surgiram, a partir daí, inúmeras iniciativas em forma de ações e projetos relacionados ao combate à pobreza, à desigualdade ou à exclusão, em campos estratégicos de políticas públicas. Tais experiências, em sua maioria, possuíam um eixo ou ponto de partida setorial: nutrição e saúde, educação, trabalho e renda, meio ambiente, infra-estrutura e moradia ou, de forma combinada, trabalhavam com segmentos específicos, principalmente a partir de critérios etários, de gênero ou étnicos. Essas iniciativas foram implementadas principalmente por entidades não-governamentais e governos municipais e foram, em alguns casos, associadas a programas federais cuja execução era descentralizada.

Essas iniciativas foram, em boa parte, impulsionadas pelo processo de descentralização cujas bases de consolidação foram estabelecidas na Constituição de 1988, e pela importância dada ao município a partir da autonomia concedida aos mesmos. De acordo com Dowbor (2007, p. 2), a vantagem desse processo é que, “ao se deslocar boa parte das iniciativas do desenvolvimento para o nível local, aproximasse a decisão do espaço onde o cidadão pode efetivamente participar”. Com isso, obtêm-se local e fórum ideais para a discussão da comunidade e dos atores que dele dependem.

A partir de meados dos anos 90, surge a percepção da necessidade de regis-

trar e dar visibilidade a todo o leque de experiências locais constituídas a partir de diferentes eixos e focos temáticos. Pesquisas e estudos de caso, construção de bancos de dados de projetos, identificação de boas práticas e premiações de experiências locais (sobretudo de iniciativas municipais) começaram, desde aquele período, a ganhar presença no cenário público brasileiro. Surgiram também esforços de criação de ambientes e fóruns, entre cujos objetivos incluem-se a circulação e a disseminação de práticas inovadoras como fator de aprendizagem e construção de referências.

Ainda que não representassem o foco predominante e generalizado das iniciativas que emergiram nos anos 90, tais elementos indicavam uma mudança em face do padrão verticalista e centralizador que, no Brasil, ocupou praticamente todo o cenário das décadas anteriores. Essas experiências surgem tanto com apoio e/ou idealização do governo¹⁰ como a partir de ações do terceiro setor,¹¹ inaugurando o que Franco (2007) chama de terceira geração de política soci-

¹⁰ Exemplo disso foi o programa Comunidade Ativa, lançado no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1999, que tinha como objetivo **induzir** o chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DELIS.

¹¹ “Terceiro setor” é uma terminologia sociológica que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. A expressão foi muito utilizada nos Estados Unidos para definir as diversas organizações sem vínculos diretos com o primeiro setor (Estado) e o segundo setor (mercado).

al. As políticas públicas da terceira geração procuram uma parceria entre o Estado e a sociedade com vistas ao desenvolvimento social, diferentemente do que ocorria com as da primeira geração, que buscavam a intervenção centralizada, e com as da segunda geração, políticas públicas de oferta governamental descentralizada.

As iniciativas de desenvolvimento local em curso, no Brasil, são bastante diferenciadas quanto às metodologias aplicadas, às ênfases temáticas e à abrangência geográfica. Há experiências em andamento tanto em comunidades com menos de mil moradores quanto em regiões com 400 mil habitantes. É utilizada também, uma variada gama de termos e designações, segundo diversos enfoques, ideologias, correntes e núcleos de fomento institucional.

pode acabar se tornando um processo tão negativo e excludente como outros modelos anteriores. Isso acontecerá caso as localidades comecem a disputar recursos, o que vai fazer com que algumas percam enquanto outras ganhem em um jogo no qual a soma será zero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento local tem sido um modelo bastante propagado recentemente como solução das localidades para garantir sua sobrevivência em um mundo globalizado. O conceito de desenvolvimento começa a ser construído, percebido, atingindo o Brasil. A partir deste momento, ocorrem transformações dele decorrentes. Verifica-se que o desenvolvimento local, apesar de ser aparentemente viável para as localidades (à medida que permite a participação de seus representantes por meio de seu empoderamento e da abertura de canais de participação e procura atender as demandas legítimas dessas comunidades),

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998.

_____. **Marco conceitual e estratégia para o desenvolvimento local**. [2000?]. Disponível em: <<http://200.194.97.7/desenvolvimento/?secao=Noticias&id=84>>. Acesso em: 01 jul. 2007.

ANDRADE, José Célio Silveira. **Conflito, cooperação e convenções**: dimensão político institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A. (1990-1999). 2000. 420f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BEDÊ, Marco Aurélio (coord.). **Onde estão as micro e pequenas empresas no Brasil**. São Paulo: SEBRAE, 2006.

BERTHOUD, Gérald. Mercado. In: SACHS, Wolfgang et al. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 132-154.

BRITO, Lydia Maria Pinto; VIEIRA, Ricardo Sérgio Gomes. Mundialização do capital e desenvolvimento local: uma luta entre Davi e Golias? In: **X Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Salvador: CIAGS, 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, n.14, jun., p.153-174, 2000.

CAPORALI, Renato. **Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável**. 1997. Disponível em: <<http://www.bsi.com.br/~unilivre/centro/textos.htm>> Acesso em: 11 jul. de 2006.

CRUZ, José Luis Vianna. Trabalho, renda e desenvolvimento local: algumas questões. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 16-25, jan./abr. 2001.

DALLABRIDA, Valdir R. Novos paradigmas para o desenvolvimento regional. **Geonotas**. v. 3, nº 1, 1999. Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/geonotas/vol3-1/dala.html/>>. Acesso em: 15 mar. 2005.

DOWBOR, Ladislau. Cidadania e desenvolvimento local: renegociando o conceito de desenvolvimento local. In: **X Colóquio Internacional sobre poder local**. Salvador: CIAGS, 2006.

FONSECA, Antonio Ângelo M. **Instituição e desenvolvimento territorial**: o desempenho municipal após a descentralização. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2005.

FRANCO, Augusto de. **Além da renda**: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento. Brasília: Millenium/Instituto de Política, 2000a.

_____. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?** Brasília: Millenium/Instituto de Política, 2000b.

_____. **Três gerações de políticas sociais**. [2000?]. Disponível em: <www.e-agora.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2007.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

GUIMARÃES, Maria do Carmo Lessa. O debate sobre a descentralização das políticas públicas: um balanço bibliográfico. **Revista Organizações e Sociedade**. Salvador, v. 9, n. 23, p.57-77, 2002.

LAGE, Allene Carvalho. Desenvolvimento: hierarquias, silêncios e subalternidades. In: **X Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Salvador: CIAGS, 2006.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes; BORGE, Adriana Ferreira. Impactos psicossociais do desemprego de longa duração. In: GOULART, Íris Barbosa (Org.). **Psicologia organizacional e do trabalho**: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LUDERMIR, Ana Bernarda. Associação dos transtornos mentais comuns com a informalidade das relações de trabalho. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p.198-204, 2005.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis/Vozes, 1984.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: PINHO, Diva B.; VASCONCELOS, Marcos Antonio Sandoval (Orgs.). **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 483-498.

OIT. **Employment, income and equality**: a strategy for increasing employment in Kenya. Genebra, 1972.

_____. **XV Conferência de Estatísticas do Trabalho**. Genebra, 1993.

_____. El empleo en el mundo: 1996-97. **Las políticas nacionales en la era de la mundialización**. Ginebra, 1997.

_____. **O trabalho infantil**. Ginebra, 2007 [slideshow].

OLIVEIRA JÚNIOR, Lourival Batista de; AMANCIO, Robson; ALVIM Maria Isabel da Silva Azevedo. Desenvolvimento: algumas considerações sobre conceitos e medidas. In: **X Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Salvador: CIAGS, 2006.

PENFOLD-BECERRA, Michael. **Towards a political theory of decentralization: passing the ball in Venezuela**. Columbia: Columbia University Press, 1997.

PINTOS, Fernando. Seminário 2. In: **II Escola Regional de Verão MOST**. Salvador: Unesco; CLAEH; CIAGS; UFBA, 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Brasília: Edição Sebrae, 2002.

SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. 3. ed. São Paulo: Best Seller, 1989.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SILVA, L. A. M. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno CRH**. Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

SIQUEIRA, T. V. de; SIFFERT FILHO, N. F. Desenvolvimento regional no Brasil: tendências e novas Perspectivas. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 79-118, dez. 2001.

SOUZA, Roberta Lourenço de. A integração econômica regional da América latina. **Revista Conjuntura & Planejamento**. Salvador: SEI, n. 112, p. 44-49, set. 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

TENÓRIO, Fernando G. Cidadania e desenvolvimento local: seis estudos regionais envolvendo micromunicípios. In: **X Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Salvador: CIAGS, 2006.

THESING, Nelson José. **Redes de cooperação**: novas formas de pensar e agir. Ijuí: Editora Unijuí, 2006. v. 1.

VALADARES, José Horta. Redes: uma abordagem antropológica. **Revista SEBRAE**, n. 7, nov./dez. 2002.